

**CULTURA E
CONHECIMENTO POPULAR
NO ENFRENTAMENTO DAS
DISCREPÂNCIAS
TERRITORIAIS NO BRASIL:
UMA REFLEXÃO**

*CULTURE AND POPULAR
KNOWLEDGE IN COPING WITH
TERRITORIAL DISCREPANCIES IN
BRAZIL: A REFLECTION*

*CULTURA Y SABERES
POPULARES PARA ENFRENTAR
LAS DISCREPANCIAS
TERRITORIALES EN BRASIL: UNA
REFLEXIÓN*

Gevson Silva Andrade
Professor Adjunto da Universidade de
Pernambuco (UPE)
gevson.andrade@upe.br

Resumo: O artigo aborda a importância da cultura e do conhecimento popular na superação das desigualdades territoriais no Brasil. Baseado em reflexões apresentadas no XII Congresso Brasileiro de Geógrafos, o estudo explora como a cultura molda a organização do espaço e a identidade regional, especialmente em contextos de desigualdade socioespacial. A fenomenologia e a dialética são destacadas como métodos fundamentais para entender a complexidade cultural e os processos de produção e reprodução do capital. Além disso, o texto discute como as políticas públicas podem ser mais eficazes ao integrar o saber popular na formulação de estratégias regionais, especialmente nas áreas rurais. Iniciativas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), visam reduzir desigualdades sociais e econômicas, fomentando a agricultura familiar e valorizando os conhecimentos locais. O artigo também ressalta a importância do desenvolvimento territorial sustentável, destacando a cultura como um elemento central na definição dos territórios e na construção de uma identidade produtiva regional. A reflexão conclui com a necessidade de políticas públicas inclusivas e de um olhar decolonial para reduzir as desigualdades históricas no país.

Palavras-chave: Cultura, Desenvolvimento territorial, Políticas públicas, Identidade regional.

Terra Livre	São Paulo	Ano 39, v.2, n.63, jul-dez 2024	ISSN 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	----------------

Abstract:

The article addresses the importance of culture and popular knowledge in overcoming territorial inequalities in Brazil. Based on reflections presented at the XII Brazilian Congress of Geographers, the study explores how culture shapes the organization of space and regional identity, especially in contexts of socio-spatial inequality. Phenomenology and dialectics are highlighted as fundamental methods to understand cultural complexity and the processes of production and reproduction of capital. In addition, the text discusses how public policies can be more effective by integrating popular knowledge in the formulation of regional strategies, especially in rural areas. Initiatives, such as Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aim to reduce social and economic inequalities, fostering family farming and valuing local knowledge. The article also highlights the importance of sustainable territorial development, it emphasizes culture as a central element in the definition of territories and in the construction of a regional productive identity. The reflection concludes with the need for inclusive public policies and a decolonial perspective to reduce historical inequalities in the country.

Keywords: Culture, Territorial development, Public policies, Regional identity.

Resumen:

El artículo analiza la importancia de la cultura y el conocimiento popular en la superación de las desigualdades territoriales en Brasil. Basándose en las reflexiones presentadas durante el XII Congreso Brasileño de Geógrafos, el estudio examina cómo la cultura influye en la organización del espacio y la construcción de la identidad regional, particularmente en contextos marcados por desigualdades socioespaciales. Se destacan la fenomenología y la dialéctica como enfoques metodológicos fundamentales para comprender la complejidad cultural, así como los procesos de producción y reproducción del capital. Asimismo, el texto discute cómo las políticas públicas pueden ser más efectivas al integrar el conocimiento popular en la formulación de estrategias regionales, especialmente en zonas rurales. Iniciativas como el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF) buscan reducir las desigualdades sociales y económicas mediante el fomento de la agricultura familiar y la valorización del conocimiento local. Además, el artículo subraya la importancia del desarrollo territorial sostenible, resaltando la cultura como un elemento central en la definición de los territorios y en la construcción de una identidad productiva regional. Finalmente, la reflexión concluye enfatizando la necesidad de políticas públicas inclusivas y de una perspectiva decolonial que permita abordar las desigualdades históricas en el país.

Palabras-clave: Cultura, Desarrollo territorial, Políticas públicas, Identidad regional.

Introdução

O presente artigo, é resultado da palestra realizada no VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas que ocorreu na Universidade de São Paulo no mês de junho do ano de 2024. O evento foi promovido pela Associação de Geógrafos e Geógrafas do Brasil (AGB) e o tema central foi **“Geografando para construir o Brasil”**. O título central do congresso teve por finalidade pensar o país a partir de um

contexto de um mundo marcado por desigualdades e incertezas. O Brasil do ano de 2023, recebeu do passado uma agenda de desmontes, violência, destruição e negacionismos, erodindo o Estado brasileiro, atingido em suas políticas públicas essenciais, em um modelo de “terra arrasada”, de crise econômica, social, cultural, política e ambiental sem precedentes. A disparidade econômica, a distribuição desigual de recursos e oportunidades, bem como a discriminação sistemática, foram desafiadas por trabalhadores e trabalhadoras por meio de suas organizações, protestos, manifestações, mobilizações e iniciativas sociais levadas a cabo nesse cenário de enfrentamentos aos setores dominantes e conservadores. (AGB, 2024 p. s/n)

Desta maneira, o congresso propiciou uma discussão crítica da realidade brasileira frente a um mundo globalizado, que pode ser entendido na perspectiva de Milton Santos a partir de como ela é tratado em seu livro “Por uma outra globalização” (2000) que traz uma reflexão profunda acerca do processo do modo capitalista de produção, que tem a acumulação como mote central.

A palestra foi proferida na mesa redonda “Geografia, Cultura e Política no Enfrentamento das Desigualdades Socioespaciais Brasileiras”, que tinha como ementa norteadora a seguinte reflexão:

O processo alusivo à constituição das desigualdades socioespaciais brasileiras caracterizou-se por processos delimitados pela exploração e desigualdade característicos do modo capitalista, os quais foram aprofundados pelo atual contexto globalizante, constituídos por uma mais-valia ampliada pelo modo de produção flexível. A Geografia, uma ciência caracterizada pela criticidade quanto aos contextos do presente, possui, juntamente com a cultura e a compreensão crítica do fazer política, como relevantes instrumentos de compreensão e enfrentamento das desigualdades socioespaciais brasileiras. (AGB, 2024, s/p)

Frente ao exposto apresentado na minuta da mesa, em primeiro lugar, foi refletido sobre um método norteador para pensar a temática da palestra. Desta maneira, a escolha foi uma triangulação de métodos, que de acordo com Uwe Flick (2027) na obra *Qualitativ Forchung* “a triangulação é uma combinação de métodos, pesquisadores, circunstâncias locais e temporais e perspectivas teóricas diferentes para tratar de um fenômeno, sendo assim, se caracteriza por uma combinação de perspectivas de investigação apropriadas e de métodos que sejam idôneos para levar em consideração o maior número de aspectos possíveis de um problema¹”. (KELLE e ERZBERGER, 2007, p.308)

Ainda refletindo sobre a triangulação metodológica, cabe afirmar que o conceito de triangulação engloba os diversos oportunidades que exigem a integração de recursos qualitativos e

¹ Tradução livre da obra original: Der Triangulationsbegriff erfasst die vielfältigen Möglichkeiten, die eine Integration qualitativer und quantitativer Methoden eröffnen, und die verschiedenen Funktionen von Methodenintegration im Forschungsprozess wesentlich besser.

quantitativos métodos e as várias funções de A integração do método no processo de pesquisa é muito melhor.

Desta maneira, cabe apontar os métodos a serem associados a cada componente dessa reflexão. Assim, para estudarmos/pensarmos a relação evocada no título da mesa, precisamos pontuar que na Geografia a relação com a Cultura é necessariamente estudada pela fenomenologia, enquanto as desigualdades socioespaciais têm uma ligação direta com a dialética.

As reflexões apresentadas nesse artigo, decorrentes da participação na mesa já citada anteriormente, foi trazer uma reflexão da influência da cultura como elemento essencial para o entendimento de características impressas no território, e de como os conhecimentos dos atores locais em comunhão com as políticas públicas podem moldar os processos de (re)organização espacial.

Refletindo sobre cultura a luz da fenomenologia

Para essa reflexão, tomaremos de empréstimo inicialmente a contribuição de Cosgrove e Jackson (1987 apud MITCHELL, 1999, p.33), quando afirmam que a cultura deve ser entendida como o meio através do qual as pessoas transformam os fenômenos rotineiros do mundo material de símbolos significativos, aos quais dão significados e atribuem valor. Ao destacar a simbologia dos fenômenos, os autores trazem à baila a questão dos símbolos estarem presentes no cotidiano na materialidade do mundo.

Tais significados produzidos pelas pessoas, por consequência, evidenciam o significado da materialidade do mundo real, atribuem valores a esses fenômenos, cabendo aqui refletir, ainda de acordo com os autores, citados que “a cultura pode ser

especificada como algo que tanto diferencia o mundo quanto fornece um conceito para compreender essa diferenciação”. (MITCHELL, 1999, p.34)

Ainda sobre o conceito de cultura a ser considerada, é que esta deve ser encarada como um o conjunto de significados. Indica um argumento complexo sobre as relações entre o desenvolvimento humano geral e um modo de vida particular e entre as atividades e práticas da arte e inteligência na vida cotidiana.

Dialética método fundamental ao enfrentamento às desigualdades socioespaciais

Partindo dessa premissa da cultura enquanto conjunto das relações humanas, e em particular com as práticas de reprodução social em uníssono com a inteligência, devemos pensar que a cultura é um reflexo e uma condicionante social que acaba gerindo o papel dos indivíduos dentro do complexo reprodutivo e metabólico do capital.

Sabendo que as desigualdades socioespaciais são resultado direto dos processos socio metabólicos do capital, e que esses processos devem ser compreendidos considerando as contradições inerentes à reprodução do capital, pode-se afirmar que “a ideia de cultura surge da necessidade de regularizar ou normatizar contradições entre sistemas de produção e consumo” (NUNES,2023, s/p)

Dessa maneira é o arranjo cultural de cada comunidade que irá normatizar as relações de produção e consumo, e essa produção tende a atender as necessidades naturais e àquelas criadas pela

fetichização², nas quais sujeitos e objetos agem um sobre o outro de maneira constante.

Assim, cabe considerar que a cultura é parte essencial de sistemas de reprodução social, em escalas locais e globais, a Cultura é representada como parte de um todo, ou como um resíduo puro num sistema globalizante integrado de reprodução social.

Em outras palavras, a cultura deve ser considerada um elemento totalizante e totalizador, pois, como está em constante metabolização orgânica e hegemônica, resultado do acúmulo do tempo e de camadas que vão se sobrepondo, se sedimentando e se revelando em totalidade, definindo tempos e processos de consolidação da materialidade dos territórios.

Assim, cabe corroborar com David Harvey (1992), quando o sugere que o que está sendo chamado de cultura está completamente envolvido na reprodução da vida cotidiana. É inseparável das relações de produção e consumo

Então essa relação simbiótica que envolve sujeito e território, cultura e reprodução socio metabólica do capital nos permite construir e compreender a função da cultura como elemento essencial na definição de recortes espaciais de análise.

Cultura elemento essencial na compreensão das identidades regionais e definição dos Territórios

A Geografia Humanista Cultural, tem todo seu processo metodológico baseado na fenomenologia. Assim, os espaços delimitados pela cultura, irão refletir uma diferenciação de áreas, ou

² Entende-se aqui a fetichização a partir da categoria de análise de Marx, na qual objeto e sujeito invertem seus papéis frente as necessidades de consumo, principalmente aquela que são incentivadas pela mídia.

regionalizações ligadas ao pertencimento, também chamada de identidade regional.

Dentre estas identidades no nosso país, podemos destacar diversos complexos culturais entrelaçados com a definição de espaços produtivos como pode ser aprofundado com a leitura do livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* de Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2001).

Dentre as regionalizações culturais produzidas em que caberia um olhar especial, destaco as relações estabelecidas entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações que Santos e Silveira chamaram atenção, por entenderem que revela a pluralidade dos estágios de cultura da reprodução do capital a partir nos níveis técnicos de desenvolvimento dos recortes espaciais identificados.

Um outro viés da cultura como elemento de análise da realidade brasileira com ligar à (re)produção do capital, é revelado pela Geografia Eleitoral, pois o resultado das eleições presidenciais e em especial, desse século em curso, mostra elementos que permitem estabelecer um diálogo entre as características econômicas dos recortes espaciais com a necessidade de uma maior ou menor ação do Estado enquanto balizador do desenvolvimento.

Assim temos a Região Concentrada (Santos e Silveira, 2001) e as fronteiras agrícolas brasileira com direcionamento pautado no pensamento neoliberal, escolhendo os candidatos do espectro de centro e de direita, explicado pelo tripé Deus, Pátria e Família, que também foi utilizado como discurso fundante do Golpe Cívico Militar de 1964 e requeitado nos governos Temer e Bolsonaro. Estas bandeiras revelam espaços onde a concentração capital é entendida no sentido da manutenção do status quo das elites, que pregam inclusive a redução do Estado e um ultra conservadorismo nas

questões ligadas a costumes, principalmente aqueles pautados nos dogmas religiosos conservadores, a exemplo da lógica da composição do perfil das famílias entre outros.

Por outro lado, temos as regiões Norte e Nordeste, pautando seus votos numa perspectiva do espectro político de centro-esquerda como resposta as necessidades reais desses territórios por uma política na qual o Estado tenha um papel mais forte na promoção de direitos sociais fundamentais. Entre elas, as políticas de transferência de rendas, mas também de agendas desenvolvimentistas importantes como a política de proteção, conservação e regeneração ambiental e da redistribuição da planta produtiva do país.

A pauta ambiental, é um elemento essencial para a definição do papel do Brasil na agenda econômica ambiental do planeta, pois com a emergência da crise climática não mais anunciada, mas já em curso, a exemplo o desastre ambiental do Rio Grande Sul, que foi provocado principalmente pela alteração de normativas de proteção ambiental por parte do Estado gerido e gerindo em nome do capital. Outro destaque foi o evento mais recente, as grandes quantidades de queimadas vivenciadas no segundo semestre de 2024, que, em sua maioria, foi criminosa e articulada pelo agronegócio. O problema foi potencializado devido ao período seco, que foi amplamente noticiada nos veículos de comunicação. Espera-se uma ação mais enérgica por parte do Estado brasileiro

No Nordeste, se faz necessário, que a cultura se movimente no sentido do desmonte do pensamento da seca enquanto problema a ser enfrentado. Questão que no século passado pautou e, por vezes, ainda pauta as estratégias de políticas públicas na região. Atualmente deve-se apontar para ampliação de estratégias de

convivência com o Semiárido, que tem grande potencial de produção de energias renováveis e menos poluentes, principalmente a solar fotovoltaica e/ou térmica, que impacta o meio ambiente/território menos que a eólica. Essa última vem causando impactos de ordem psíquica, além da ambiental. Os modelos de implementação dos biocombustíveis devem ser permeados pela escuta dos conhecimentos tradicionais acumulados pela população territorializada nos sertões.

Segundo o clássico livro de Haffestin (1993) “Por uma geografia do poder” o território a princípio é definido pelas relações de apropriação do espaço pelo poder, no entanto, Hanna Arendt (1985) chama a atenção que o poder deve ser construído sem imposição violenta, e que esse deve vir enquanto representação do povo, e que é do povo que emana esse poder.

Desta maneira, cabe aqui iluminar o palco no qual o saber popular, entendido enquanto cultura é um elemento balizador de espaços de poder, a partir de suas necessidades/naturais e criadas, que acabam por ter um papel fundamental na organização produtiva e reprodutiva dos povos territorializados ou em territorialização. Essa afirmação nos leva a pensar que a política de desenvolvimento territorial, deve ser uma estratégia para mudar o modelo de desenvolvimento, a partir dos planejamentos regionais (como a SUDENE, SUDAM, etc), implementado no Brasil desde o fim da década de 1950.

Os planos de desenvolvimento pensados a partir dos planos regionais tiveram como resultado concreto um aumento das desigualdades intrarregionais conforme Francisco de Oliveira (1993). Acredita-se que com uma implementação efetiva dos planos de desenvolvimento pensados a partir das práticas de planos

territoriais haverá, de fato, um enfrentamento real as desigualdades socioespaciais construídas a partir de elementos do conhecimento das populações inseridas nos territórios, principalmente pelo fato dessas populações serem as engrenagens das territorialidades que resultam a construção concreta das territorializações.

Santos e Silveira (2001) afirmou que o Brasil, foi durante muito tempo e que considerado, e ainda perdura essa realidade, um arquipélago formado por subespaços que evoluíram economicamente de forma endógena, por si e para si, não havendo uma unidade de sustentação para a economia nacional, o que gerou grande discrepância entre os entes federativos e as regiões político administrativas, bem como nas regiões produtivas. Visando produzir uma maior integração nacional para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais no Brasil, destaca-se o primeiro movimento nesse sentido que foi a criação das Superintendências de Desenvolvimento ainda dentro do plano desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek dos 50 anos em 5. Que propunha a reorganização da planta produtiva do país com o fortalecimento da indústria metalúrgica e automotiva.

No entanto, mesmo atingindo em parte seus objetivos, essas superintendências não foram capazes de equalizar as diferenças socioeconômicas intrarregionais, como mencionado anteriormente. Isso se deu, principalmente, pelo fato dessas ações serem voltadas para os já detentores do capital (setores industriais, empresariado e políticos), ou seja, na perspectiva da mão invisível da economia de Adam Smith (1977)³. No entanto, entendemos que o Estado sempre

³ “A mão invisível do mercado” foi uma analogia empregada por Adam Smith para explicar como, numa economia concorrencial, a busca pelo interesse individual pode resultar em melhoria do bem comum.

foi apropriado pelos detentores do capital, assim, esse estado foi utilizado para facilitar a vida dos indivíduos e familiares que detém o controle da máquina estatal. deixando de lado a maior parte da população, destacadamente a classe de trabalhadores proletariados. Essa afirmação, está cristalizada na sempre lembrada fala do então Ministro da Economia (1967-1974) Delfin Neto: "É preciso deixar o bolo crescer para depois dividi-lo". Mesmo crescendo o bolo no período que ficou conhecido como Milagre Brasileiro, a distribuição das fatias não aconteceu, assim de forma que todos os cidadãos brasileiros tivessem acesso ao seu pedaço.

Na esteira de tentar mudar essa redistribuição econômica, que privilegiava os grandes capitalistas presentes na política de desenvolvimento regional, no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio LULA da Silva, apresentou-se e iniciou-se um processo de colocar em prática um modelo de desenvolvimento territorial.

Esse modelo se torna antagonista do desenvolvimento regional ao colocar os trabalhadores como atores centrais na construção de políticas que visavam reduzir as desigualdades socioeconômicas nos diversos espaços brasileiros. Desta maneira, cabe corroborar com o pensamento de Favaretto (2009) acerca do desenvolvimento territorial, quando o mesmo afirma que

a lógica do território incorpora o espaço consumível, mas também o espaço imobilizado em componentes não monetarizáveis. Por decorrência, o enfoque territorial implica em lidar com aspectos não diretamente mercantis a influenciar as regras para a apropriação ou regulação do uso social destes espaços. Além disso, no território os agentes são múltiplos e, sobretudo, difusos, enquanto no enfoque setorial eles são facilmente identificáveis e seus interesses menos dispersos. (FAVARETO, 2009, p.13)

Desta maneira, os planos e programas de desenvolvimento territorial do Governo Federal foram estruturados em um modelo de Governança Territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento de decisões entre poder público e sociedade civil. Esse modelo visa proporcionar o empoderamento dos atores envolvidos, fortalecendo as políticas voltadas para inclusão produtiva. O modelo de desenvolvimento territorial implementados e postos em prática nos governos Lula e Dilma, forma interrompidos por 6 anos e somente no ano de 2023, com a reeleição de Lula estão em vias de reconstrução.

No entanto, essa reconstrução está refém de um congresso nacional altamente conservador e ancorado na centralidade da bancada BBB (Bíblia, Boi e Bala), que por conta dos seus posicionamentos com clara escolha em manter privilégios já estabelecidos se configuram obstaculizando as mudanças necessárias.

A bancada da BÍBLIA, altamente conservadora nos costumes, acabam inviabilizando um diálogo com a transformação da sociedade por discordarem do pensamento progressista e emancipatório das esquerdas. Tradicionalmente a esquerda postula a necessidade de colocar as lutas de classes e necessidades das maiorias sub-representadas, como direito e dever do Estado, mas a bancada da bíblia tem se mostrado mais forte, pois esses parlamentares preferem se (retro)alimentarem de um discurso de um Deus punitivo do velho testamento apoiando-se na Teologia da Prosperidade para manterem “seus rebanhos” sob a falsa ilusão que o Estado não deve interferir na redistribuição de renda. Essa retórica torna essas “ovelhas” reféns de um discurso da meritocracia pseudo

cristã, e assim, faz com que essa parcela da sociedade permaneça uma massa de manobra, atendendo a um “voto de cabresto”.

Já a bancada da BOI, representa os interesses da elite detentora do comando do agronegócio, que concentra terra, produz através do modelo de monocultura e exclusão. Dentro desta lógica de produção capitalista busca-se passar a boiada rumo ao desmonte de todas as políticas pautadas para um desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e social.

No tocante da bancada da BALA, essa se configura principalmente por defender o poder paralelo das milícias e das organizações criminosas, que entenderam que é necessário ocupar os espaços de comando do Estado para facilitar a transformação do capital ilegal em legal. A lógica desta bancada acontece por meio da contratação de empresas que são verdadeiras máquinas de lavar o dinheiro do crime organizado, a recente notícia de apropriação por organizações criminosas como noticiado na mídia do transporte na metrópole paulistana, essa notícia é apenas a extremidade da ponta do iceberg.

Como resultado, da ação dessa tríade bancada (BBB), mas que tem uma lógica de atuação uníssona, o atual governo está engessado na tentativa de implementação efetiva de uma política de desenvolvimento territorial, reproduzindo o que foi colocado no governo anterior, na qual essa política está sustentada apenas na garantia safra. Nesta estrutura o agronegócio fica com a maior parte dos recursos públicos e a distribuição de crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), que ao invés de emancipar os agricultores familiares, os tornam reféns do capital financeiro e do agronegócio. Entende-se que é chegada a hora do governo Lula buscar novas estratégias para implementar as

pautas que beneficiem a maioria da população brasileira que o elegeu com esperança de uma política econômica e social mais inclusiva, mas para isso é necessário chamar o apoio da população que o elegeu.

Desta maneira, os planos e programas de desenvolvimento territorial do Governo Federal foram estruturados em um modelo de Governança Territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento de decisões entre poder público e sociedade civil. Esse modelo visa ao empoderamento dos atores envolvidos, fortalecendo as políticas voltadas para inclusão produtiva. Em outras palavras, esse modelo de desenvolvimento territorial dos governos Lula e Dilma, que foram interrompidos por 6(seis) anos, estão agora em reconstrução.

No primeiro momento dos projetos de desenvolvimento territorial, foi denominado de Territórios de Rural e Territórios da Cidadania. O Governo Federal o implementou (aqui considerando que essa política é uma desconstrução das políticas anteriores de desenvolvimento regional) a partir de 2003, nos quais foram estruturados num modelo de Governança baseado na gestão participativa de inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares e suas organizações (BRASIL, 2015). Esse modelo visa o empoderamento dos atores envolvidos, fazendo com que eles participem da estruturação dos planos voltados para inclusão produtiva e a consolidação da agricultura familiar. Para tanto, no mesmo ano foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴.

⁴ O Ministério do Desenvolvimento Agrário criado no ano 2003 foi extinguido pelo Decreto [Nº 8.865, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016](#). Com ele foram extintas também suas secretarias, que tiveram suas estrutura transferida para a Casa Civil da Presidência da República. (BRASIL. 2016).

A criação da SDT instituiu a abordagem territorial como eixo central e foco de atuação na gestão compartilhada entre sociedade civil e Estado. O enfoque no território se dá como estratégia integradora de espaços, atores sociais e mercados, tendo na igualdade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social as bases fundamentais para conquista do empoderamento dos atores rurais (MARTINS, 2008).

Neste contexto, o conceito de território para o Estado diz:

Os territórios são mais do que simples base física. Eles têm vida própria, possui um tecido social, uma teia complexa de laços e de relações com raízes históricas, políticas e de identidades diversas, que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicações, e que desempenham função ainda pouco conhecida no próprio desenvolvimento econômico (BRASIL, 2003, p. 03).

Nessa concepção de território é lançada, em 2003, a proposta de gestão social dos Territórios Rurais, que tem por finalidade propiciar uma nova forma de desenvolvimento socioeconômico e promover relações horizontais e colaborativas entre Estado, sociedade civil organizada e produtiva. Esta última é identificada/representada especialmente pelos trabalhadores rurais.

Em 2003, no início do Governo Lula, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que instituiu um novo formato de política ao optar pela construção de uma nova institucionalidade – o território -, fundado na representação dos interesses sociais e econômicos da agricultura familiar e que previa a coordenação e a articulação de um grupo de municípios em torno de uma estratégia comum (TORRENS, 2007, s/n).

No Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) há a intenção de gerar o empoderamento e abrir a possibilidade de inclusão socioproductiva dos agricultores familiares de modo a tentar reduzir as desigualdades das mais variadas ordens (social, econômica, produtiva, fundiária e de gênero) e a pobreza extrema do espaço rural brasileiro. O Governo Federal justificou a implementação desse programa a partir de dados que demonstram a importância do setor rural para o desenvolvimento do país. Segundo informações contidas no PRONAT, cerca de 1/3 da população, 80% dos municípios e 90% da superfície nacional, estão situados em municípios que dependem, em grande escala, das atividades rurais para gerarem emprego, fornecerem alimentos, crescerem economicamente e se desenvolverem (FREITAS, 2011).

Para alcançar as metas propostas e operacionalizar o PRONAT, foi necessário a implantação de táticas para o fortalecimento da produção da agricultura familiar, através de programas de aquisição da produção como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outra estratégia utilizada foi a implantação de financiamento direto aos pequenos produtores, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e o Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF), este último, com o objetivo de facilitar o processo produtivo, estimulando o associativismo a nível de produtores, bem como o consórcio entre municípios, que visam o fortalecimento das ações estratégicas das unidades federadas, na busca de uma identidade produtiva, levando, inclusive a criação de alguns Arranjos Produtivos Locais (APL's).

Dessa maneira o território não é uma mera localização, mas o espaço estabelecido por agentes sociais através de relações de poder. Como agentes sociais podemos identificar não só os indivíduos, mas também as organizações, como: Família, Estado, Empresas, Igrejas, entre outros grupos sociais. Essas organizações, via de regra:

[...] canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais. [...] pois exprime de uma só vez o jogo das organizações no espaço e no tempo. Elas “canalizam” quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato, social; “bloqueiam” significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; “controla”, ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto. (RAFFESTIN, 1993. p. 39).

Assim, as relações de poder dessas organizações acabam por refletir inúmeros níveis hierárquicos e diferentes estratégias na (re)produção do território.

No entendimento do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), o conceito de território é expresso por:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT/MDA, 2004, s/n)

Esse conceito abordado pelo estado considera a delimitação física e a coesão social e cultural como elementos definidores do território. No entanto, para a Geografia, a referência acima se aproxima mais do conceito de região, uma vez que não coloca a relação de poder na produção do território.

Mas como entra a cultura na definição desses territórios? Essa apresenta-se justamente pelo fato de ser a cultura como citado no início dessa reflexão como sendo resultado da sedimentação de conhecimento adquiridos aos longos das vivências cotidianas ou territorialidades. Logo, ao possibilitar a inserção dos trabalhadores no centro da tomada de decisões de como deve ser realizado os investimentos do Estado na reconfiguração dos investimentos e políticas públicas, esses sujeitos oferecem suas experiências acumuladas ao longo do tempo e repassada por gerações, o que carrega práticas que revelam a importância da ancestralidade.

Considerações finais

Para não finalizar, convoco a comunidade geográfica e demais ciências da sociedade a realizar uma reflexão sobre a política de desenvolvimento territorial, que coloca no centro do discurso os trabalhadores para a definição das ações do Estado na (re)construção de novas políticas públicas de enfrentamento as desigualdades socioeconômicas. Isso deve ocorrer através do fomento e da ampliação de setores produtivos com uso de saberes tradicionais, entendendo que esses são reflexo da construção ontológica de culturas distribuídas nas diferentes regiões, nos diferentes espaços e nos diferentes territórios brasileiros. Ainda hoje é possível perceber que o país tem configuração de arquipélago, pois é marcado por desigualdades sociais e econômicas que necessitam de um enfrentamento robusto e

com participação popular com pensamento decolonial, para assim recriamos um país mais igualitário.

Referências

AGB, Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ementa do VIII CBG: “AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil”. São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. Disponível em: [VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG - Notícias - Circulares do VIII CBG](#).

BRASIL. **Decreto n. 8.865, de 29 de setembro de 2016**. Dispõe Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

BRASIL, MDA/SDT. **Manual do Operacional do Proinf 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>

BRASIL, MDA/SDT. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário-Brasília. Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. 36 p.

BRASIL, MDA/SDT. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Série Documentos SDT: número 01. Março de 2005. Disponível em: [http://ieham.org/html/docs/Referencias para desenvolvimento rural sustentavel](http://ieham.org/html/docs/Referencias_para_desenvolvimento_rural_sustentavel)

FAVARETO, Arilson. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, Santiago, Chile, 2009. 92p. Disponível em: [content](#)

FLICK, U.: **Desig und Prozess qualitativer Forschung**. In: FLICK, U. KARDORFF, E. von und STEINKE, I. (Hg.): Qualitative Forschung. Ein Handbuch. Reinbek bei Hamburg: Rororo, 2007. S. 252-265.

FLICK, U.: **Triangulation in der qualitativen Forschung**. In: FLICK, U., KARDORFF, E. von und STEINKE, I. (Hg.): Qualitative

Forschung. Ein Handbuch. Reinbek bei Hamburg: Rororo, 2007. S. 309 – 318.

FREITAS, Alan Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. **Desenvolvimento territorial e inovações institucionais no território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais**: Alan Ferreira de Freitas. Viçosa, MG, 2011.

HAESBAERT, R. **ORDENAMENTO TERRITORIAL**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 117–124, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/3572>

HAESBAERT, R., **Região, Diversidade Territorial e Globalização**. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 15-39, 2 set. 2009.

HARVEY, David. **Posmoden morality**. Antipode, v24, p300-326, 1992

KELLE, U. und ERZBERGER, C.: **Qualitative und quantitative Methoden: kein Gegensatz**. In: FLICK, U., KARDORFF, E. von und STEINKE, I. (Hg.): Qualitative Forschung. Ein Handbuch. Reinbek bei Hamburg: Rororo, 2007. S. 299-309.

MITCHELL, Dom, **Não existe aquilo que chamamos de Cultura: para uma reconceitualização da ideia de cultura em Geografia**. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, UERJ nº. 08 , 1999 p. 31-51

NUNES, Leonardo Berté,. **Fenomenologia e a(s) geografia(s) da Educação à Distância: experiências de estudantes em formação EaD** /Leonardo Berté Nunes:2023, 170p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, 137p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2001, 471p.

SAQUET, Marco Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In SPÓSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marco A. (Org). Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

TORRENS, J. C. S. **Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná**. Deser: Curitiba, 2007. (Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO).

Submetido em 22/11/2024
Aceito em 15/03/2025